

Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

*Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto
nos dias 26 e 27 de Março de 2004*

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS

por

Andreia Machado*

Resumo: As estruturas arqueológicas são importantes elos de ligação com o passado, cuja integridade deve ser preservada sem adular a sua autenticidade.

A única forma de certificar a sua sobrevivência consiste na implementação de medidas de prevenção, que tenham em consideração o facto de que os sítios arqueológicos constituem recursos únicos e esgotáveis.

A partir desta concepção, e mediante uma breve resenha histórica do percurso de algumas práticas de intervenção, abordam-se as novas metodologias de conservação e restauro de estruturas arqueológicas.

Palavras-chave: Conceitos; objectivos e metodologias de intervenção; arqueologia.

Abstract: The archaeological structures are important connection links with the past, whose integrity should be preserved without adulterating their authenticity.

The only way of certifying their survival consists in the application of preventive measures, that have in consideration the fact that the archaeological vestiges constitute an unique and drained resources.

Starting from this idea, and by an approach that specifies historical issues in the preservation field of archaeological structures, new conservation methodologies are presented.

Key-words: Concepts; purpose and intervention methodologies; archaeology.

INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades, mesmo na pré-história, como indica o estudo de André Leroi-Gourhan, é conferido a determinados bens móveis ou imóveis e a lugares, um certo prestígio ou sentido de sagrado, o que suscita fortes relações afectivas.

Subjacente a esta concepção, assenta a necessidade social de reunir o que expressa a peculiaridade de cada povo, através de utensílios de lembrança. É neste sentido que se desenvolve a acção psíquica da memória, como propriedade de conservar certas informações, e a respectiva necessidade de as manter vivas.

* E-mail: andreia_romao@hotmail.com

Desta forma, o legado patrimonial pode definir-se como os sinais físicos da actuação humana no passado, ou seja, um conjunto de patrimónios herdados. A importância dada a estes vestígios materiais relaciona-se não apenas com a sua escassez, mas sobretudo com a necessidade que cada sociedade tem em procurar a sua identidade através de elementos físicos de carácter simbólico (Foucault, 1984) e com o facto dos espaços ocupados por esses mesmos elementos serem pólos fomentadores de relações sociais (Fortuna, 1995).

O património arqueológico partilha estas noções de bem colectivo de valor e significado dinâmico, portador de interesse científico, de acordo com a concepção de elemento essencial para o conhecimento da história da cultura dos povos (Lopes *et al*, 2004). Reconhecendo a sua relevância informativa e os riscos da sua destruição, estabelece-se a necessidade de aplicação de métodos científicos de preservação específicos, baseados não apenas na aplicação das técnicas de arqueologia, mas numa base mais ampla de conhecimentos e competências profissionais, mantendo a cada momento o seu carácter instrutivo e a actividade da memória, sendo estes requisitos as principais causas da conservação.

A conservação é encarada como uma actividade reflexiva que o Homem estabelece com determinados elementos ou espaços, pois apesar de poder estabelecer ligações com o passado, a memória colectiva é insegura, instável e frágil, o que obriga à existência de um suporte efectivo que permita a criação de vínculos com o passado. A ânsia do passado é uma das manifestações mais significativas que adopta a sociedade contemporânea perante a consciência de perda de continuidade cultural, provocada pela velocidade e mudanças que afectam os sistemas culturais das sociedades (Ballart, 1997).

Esta relação permite a implementação de diversos mecanismos de conservação, como um meio de valorização, tornando o passado perceptível, unindo-o a um futuro, surgindo a ideia de continuidade e identificação no tempo (Berducou, 1990).

Um dos contributos imediatos que a conservação aporta ao património é, também, a tomada de consciência da temporalidade sobre a matéria e, respectiva, vulnerabilidade física. Procurando, através do respeito pela sua integridade e carácter inigualável, diminuir a velocidade de degradação, mediante de um conjunto de meios, que actuam sobre o esse elemento ou sobre o seu ambiente, pretendendo prolongar a vida dos materiais e da sua estrutura original, permitindo a sua permanência no lugar de origem, preservando o traço da sua história, da sua utilização e transformação ao longo do tempo.

No entanto, a conservação nem sempre é uma intervenção pacífica podendo surgir situações controversas entre a execução e a observação, atitudes que podem ir até aos extremos de uma acção violenta sobre o património ou ficarem por uma contemplação das existências.

ENQUADRAMENTO GERAL

As primeiras intervenções de preservação ocorridas na época moderna tiveram origem em Itália com a redescoberta da Antiguidade Clássica, ocorrida com a escavação das cidades sepultadas pelo Vesúvio. Este acontecimento proporcionou o aparecimento de uma paixão renovada pelos achados e estudos arqueológicos das culturas clássicas de um novo gosto estético, capaz de despoletar a formação e o desenvolvimento das grandes colecções públicas e privadas, favorecendo o empenho a nível de conservação e restauro das obras, abrindo um novo capítulo na história da conservação e restauro.

O primeiro salto qualitativo na teoria de restauro arqueológico deve-se, sobretudo, à grande personalidade de J. J. Winckelmann (1714-1768), responsável por um dos primeiros textos sobre o tema (Bonnelli, 2003) e que viria a delimitar durante algum tempo as acções de intervenção em Pompeia, descoberta poucos anos antes. Winckelmann encarava o restauro como uma prática que poderia levar a uma perturbação da leitura filológica da obra de arte, daí a insistência de que toda a intervenção pudesse ser passível de reconhecimento, auxiliando ao mesmo tempo a total legibilidade da obra.

Favorecidas pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa surgem novas e variadas abordagens críticas ao tema, com dois dos principais teóricos: Canova (1757-1822) e Quatremère Quincy (1755-1849) a apresentarem soluções distintas (Bonnelli, 2003). O primeiro sugere uma acção filológica, apelando à remoção de todas as intervenções que se encontrassem, de alguma forma, incorrectas para com a obra. O segundo sustinha como a melhor forma de preservação a permanência dos achados no seu contexto original.

A partir desta circunstância surgem as acções de restauro arqueológico, materializadas por Rafael Stern (1774-1820) e Giuseppe Valadier (1762-1839), no Arco de Tito. De acordo com o entendimento da evolução dos sistemas arquitectónicos, possível a partir de um estudo prévio de estilos, traça e constituintes originais (Moatti, 1993), é elaborado o processo de restauro, baseado na recomposição do monumento, a partir das partes originais ou pela sua reprodução (Miguel, 1991). A recomposição do arco estabeleceu-se de duas formas: por dedução análoga, de acordo com o princípio da assimetria e pelo estudo das linhas de base, que proporcionavam o conhecimento das dimensões do corpo lateral.

O carácter exemplar desta intervenção reside no facto de que as lacunas existentes, fruto da utilização do material original numa fortificação medieval, terem sido reintegradas com travertino e não em mármore como o original, o que permite ao espectador a leitura do monumento no seu aspecto formal (González-Varas, 1999) recuperando a sua função figurativa sem cometer uma falsificação do passado, pois as partes adicionadas são reconhecidas como tais.

A esta prática de intervenção seguiram-se outras, baseadas em novas teorias ligadas a um clima reformador que surge através de um novo interesse pelo estudo do passado, visível pelo número cada vez maior de campanhas arqueológicas e pelo teor da nova historiografia, factores também eles determinantes para a génese do romantismo enquanto movimento artístico.

Entre as décadas de 1830 a 1870 convivem em simultâneo duas teorias de restauro claramente antagónicas (Jokilehto, 1999), formuladas e defendidas por duas figuras paralelas no tempo, com formação, pensamento e sensibilidade opostas: Viollet-le-Duc (1814-1879) e John Ruskin (1819-1900). Apesar do seu interesse se manifestar, particularmente, pela arquitectura do estilo gótico acaba por ter uma notável incidência a nível da preservação de estruturas arqueológicas.

Viollet-le-Duc superando a leitura facciosa do misticismo religioso, interpreta a arquitectura, sobretudo a arquitectura gótica, com uma postura racionalista, não sensitiva, formulando a primeira teoria orgânica do restauro arquitectónico, defendendo o *restauro estilístico* como um meio eficaz para a recuperação de monumentos (Míquel, 1998). Teoria que vai permitir a possibilidade de refazer uma obra incompleta e que situa como objectivo fundamental do restauro a *unidade de estilo*, afirmando a possibilidade de recuperar o estado primitivo e original da obra de arte, suprimindo todas as transformações posteriores, admitindo a eventual obtenção “*de um estado que pode nunca ter existido*”, ou seja, a intervenção de restauro é entendida como o alcançar de um *estado ideal* da obra, completa, perfeita e fechada, independentemente das variações experimentadas ao longo da sua história. De acordo com esta interpretação, as intervenções só seriam possíveis a partir do método filológico, o que permitiria obter a reconstrução total de um fragmento mediante a sua analogia.

Por outro lado, Viollet propõem a melhoria dos sistemas construtivos ou dos materiais (Gallego, 1999), sempre que as estruturas apresentem vícios de origem, conduzindo a uma prática de amplas reconstruções com recurso a novas tecnologias e a materiais modernos.

Uma outra forma de preservação, residia na refuncionalização, tendo em conta a relação entre uso, imagem e estrutura e desde que esse novo uso não implica-se qualquer tipo de alteração das características arquitectónicas na obra, efectuando-se apenas as modificações essenciais à modernização e ajustamento do edifício à sua nova função. Colocava-se, assim, em relação directa o presente pela actualização dos elementos do passado, reconhecidos pela historiografia.

Em simultâneo Ruskin formula o movimento *anti-restauro*, o qual se opõe contundentemente ao *restauro estilístico*, o antagonismo entre os dois princípios não se resume apenas a uma forma de intervenção. Na realidade, representam mundos espirituais e culturais diferentes, que esboçam o tema restauro de pontos de vista radicalmente diferentes.

A teoria de Ruskin não é uma teoria de restauro, mas uma elaboração estética formulada de acordo com o carácter único do monumento histórico, pela sua idade e pelo papel memorial que este representa para comunidade (Talley, 1996), não descurando o sentido da produção artística. Encara o *restauro estilístico* como uma falsificação da imagem e da estrutura, uma ofensa física e moral, capaz de anular os aspectos históricos e memoriais, por desvirtuar o carácter e natureza da obra original. Ao condenar este tipo de operação apela à defesa da conservação do monumento, pela manutenção da sua estrutura e superfície, impedindo a sua mistificação por uma acção de restauro, permanecendo o vínculo ao passado pela transmissão das suas qualidades morais. Esta perspectiva está ligada a uma outra reflexão, a contemplação do seu estado actual, limitando a intervenção a uma manutenção, assumindo a degradação como uma situação inevitável da qual faz parte a própria vida do monumento, considerando o restauro como um acto utópico por procurar eternizar o material, subtraindo-o da sua decadência e morte. De acordo com este princípio também o acto de conservação é tido como uma ilusão, mas que no entanto é imprescindível pois só através deste é possível manter o papel memorial dos monumentos.

Mais do que um método, Ruskin enuncia uma posição perante a ideia de monumento e, perante um *restauro estilístico*, defende a conservação dos signos impressos pela memória sobre a matéria da obra de arte, de acordo com a sua vivência histórica.

Ambas as discussões animaram a teoria de restauro oitocentista, contudo acabaram por ser conciliadas, no final do século XIX por um outro teórico, Camilo Boito. Este invocava a interpretação do monumento como um documento de arte e história global, no qual todas as partes são pertinentes, uma vez que tanto os elementos históricos como artísticos contêm informações. Daí que em termos de conservação sempre que fosse necessário conservar ou restituir os elementos documentais ou figurativos de um monumento, a intervenção a realizar deve-se ser efectuada no sentido de manter a aparência do monumento e o seu pleno significado (González-Varas, 2000).

Com base nesta nova convicção os arqueólogos começaram a formar regras que asseguravam a autenticidade das ruínas prevenindo a sua falsificação. Nicolau Balanos (1860-1942), responsável pelos trabalhos na Acrópole de Atenas entre os anos de 1895 a 1940, descreve um novo método de intervenção a *anastilose*, considerando-a como a recuperação das partes existentes que se encontravam desmembradas (Schmidt, 1997). Este método contrastava com a reconstrução pela utilização de novos materiais, em situação de lacunas.

A projecção deste tipo de intervenção foi de tal forma que na Conferência de Atenas (1931) foi estabelecida a *anastilose* como a forma mais correcta de intervenção sobre monumentos arqueológicos. A novidade contida neste texto surge ainda, por já não se considerar apenas as cidades clássicas do Mediterrâneo ou os grandes edifícios como pertinentes documentos do passado, também os monumentos, estruturas arqueo-

lógicas e pré-históricas são encaradas como fontes de novos conhecimentos, suscitando intervenções de conservação e restauro.

Mais tarde, encarnando o mesmo espírito, a Carta de Veneza (1964) renova os mesmos princípios para uma correcta intervenção de conservação e restauro dos monumentos. Neste documento apela-se para a necessidade de preservação e protecção dos elementos arqueológicos, referindo que toda a reconstrução deve ser estabelecida *a priori*, sendo apenas permitida como forma de intervenção nestas situações *a anastilose*.

Posteriormente, as Convenções e Cartas seguintes até à Carta de Cracóvia (2000) reiteram o reconhecimento conferido pelas suas congéneres anteriores, apresentando algumas inovações e exigências próprias dos tempos actuais, como seja, por exemplo, o caso da protecção dos monumentos face à crescente poluição atmosférica.

MANTENDO O PASSADO – PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Tendo em conta a evolução dos conceitos de intervenção e os fundamentos determinados pelas Cartas estabelecem-se modos de actuação técnicos e éticos para a conservação e restauro de estruturas arqueológicas. De acordo com os quais se determina que sempre que seja indispensável proceder a uma acção desta natureza é necessária a realização, em primeiro lugar, de um exame diagnóstico, que inclua uma apreciação crítica dos elementos estruturais e respectiva especificidade cultural, estabelecendo quais as causas prováveis do seu estado de conservação, hierarquizando objectivos e adoptando soluções, estimando os riscos que podem surgir por falta de tratamento (Berducou, 1990).

Estabelece-se, ainda, que todas as intervenções devem possuir um registo próprio (Quinzãos, 1999), que deve comportar quais os objectivos de intervenção e respectiva justificação de escolhas tomadas, mencionando as análises efectuadas, produtos e processos utilizados, bem como os comportamentos observados.

Considerando que toda a intervenção técnica é um acto grave, que não pode ser visto como um episódio inofensivo na história de vida de todo e qualquer elemento arqueológico é imposto o princípio de intervenção mínima, estabelecendo o tipo de tratamento e o grau de intervenção, respeitando sempre a integridade das existências (Matero, 2000).

Por outro lado, é também exigido a visibilidade das intervenções, assim, qualquer reconstrução arqueológica por motivos pedagógicos ou de valorização da estrutura e respectivas qualidades estéticas, devem ser sempre justificadas e documentadas exhaustivamente, não devendo esta acção falsear os elementos originais, permitindo discernir as partes refeitas.

A reversibilidade das intervenções está também considerada como uma condição imperativa em todos os actos de conservação de estruturas arqueológicas. No sentido estrito que tudo o que for efectuado deve ser passível de remoção, sem que tal acção danifique ou altere a estrutura, na prática trata-se da possibilidade da remoção de tratamentos por meios inócuos, sem modificar ou alterar o estado anterior à operação. Supondo que a reversibilidade de um tratamento não pode ser certificada, é então necessário que este não inviabilize outras formas de intervenção possíveis ou necessárias.

Sempre que haja necessidade da utilização de outro tipo de material, que não o original, é imperativo a existência de compatibilidade, tanto a nível físico, como a nível químico e óptico, entre todos os elementos empregues ao longo do tratamento de conservação. Os materiais introduzidos devem envelhecer harmoniosamente, sem que o seu comportamento prejudique os elementos estruturais originais.

No que diz respeito, particularmente, ao levantamento de patologias há que considerar o contexto do sítio, época e particularidades do projecto de escavação, bem como as causas de degradação provocadas pelos: factores climatéricos, como o caso da Humidade e Temperatura, vento, número de horas anuais de exposição ao sol e pluviometria; factores físicos como tensões físicas e mecânicas, que originam a falta de estabilidade ou coesão da estrutura; factores químicos, nomeadamente o tipo de solo (condutividade, pH, matéria orgânica); factores biológicos (vegetação e fungos); e factores humanos (vandalismo, incúria, poluição e erosão turística).

Na maior parte destas circunstâncias, os agentes de degradação encontram-se relacionados, por exemplo, se considerarmos o efeito do vento sobre uma estrutura, nomeadamente sobre a forma de uma corrente de Eddy, verificamos o aumento do nível da degradação física, que pode vir a despoletar outro tipo de ocorrências.

Relativamente às intervenções de conservação, propriamente ditas, estas podem e devem começar no início de cada escavação (Price, 1995). Com efeito, devem ser estabelecidas medidas de intervenção, baseadas nos objectivos finais da investigação, só assim é possível garantir uma melhor conservação dos elementos estruturais colocados a descoberto a cada dia, sendo que a ausência das primeiras medidas de protecção têm efeitos sobre o resultado final.

No decurso da pesquisa, deve-se ponderar a protecção do sítio, evitando, por exemplo, os efeitos nefastos das alterações de humidade e temperatura sobre uma estrutura acabada de ser escavada.

No que diz respeito ao interregno que vai de um período de uma campanha a outra, é sabido que não é conveniente a exposição das estruturas, uma vez que se corre o risco de perda de informação pelos efeitos atrás expostos, pelo o que é conveniente a utilização de abrigos temporários totais ou parciais, sistemas de drenagem e/ou a consolidação dos elementos estruturais.

A partir do momento em que o estudo arqueológico termina, muitas estruturas acabam por sofrer uma rápida degradação, motivada pela falta de protecção, relacionada com a carência de interesse científico momentâneo. Esta situação não deve invalidar a ausência de acções de prevenção análogas às anteriores, independentemente do seu custo económico, pois apenas conservando as existências será possível a sua confrontação com outras estratégias de intervenção arqueológica futura. A salvaguarda a longo prazo tem influência não apenas sobre os aspectos técnicos, estéticos, económicos, didácticos ou culturais mas sobretudo sobre os valores mentais.

CONCLUSÃO

O objectivo final da conservação deverá ser sempre o prolongar, pelo máximo de tempo possível e dentro dos limites éticos, a herança do passado. Sempre que haja necessidade de uma intervenção, esta deve basear-se sobre uma apreciação crítica e documentada, compreendendo a especificidade arqueológica da estrutura e patologias, hierarquizando os objectivos e adoptando a melhor solução.

Devendo ainda considerar-se a evolução quer das teorias científicas, quer do conhecimento das técnicas e materiais, procurando a redução de riscos, na utilização de técnicas ou produtos não idóneos, evitando assim graves consequências.

BIBLIOGRAFIA

- BALLART, J. (1997). *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Ariel, Patrimonio Histórico, Barcelona.
- BERDUCOU, M. (1990). *La conservation en archéologie*, Masson, Paris.
- BONNELI, L. (2003). *Restauro Archeologico storia e materiali*, Viella, Roma.
- CHOAY, F. (1999). *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa.
- FORTUNA, C. (1995). *Por entre as ruínas da cidade, o património e a memória na construção das identidades sociais*, n.º 61, Oficina de Centro de Estudos Sociais.
- FOUCAULT, M. (1984). *Dês Espaces Autres*, Conférence au Cercle d'études Architecturales, 14 mars, in *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.º 5, s.l.
- GALLEGO, P. L. (1999). Procedimientos técnicos y doctrinas de la restauración, in Rivera, J., *Património, restauración y nuevas tecnologías*, PPU: Investigación científica y rehabilitación del patrimonio, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Valladolid, p. 47.
- GONZÁLEZ-VARAS, I. (1999). *Conservación de bienes culturales: teoría, principios y normas*, 2ª edición, Cátedra, Madrid.
- ICOMOS (1990). *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*, Lausanne.
- JOKILEHTO, J. (1999). *A history of architectural conservation*, Butterworth-Heinemann, Oxford.

- LOPES, F., CORREIA, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico - cartas, recomendações e convenções internacionais*, Livros Horizonte, Lisboa.
- MATERO, F. G. (2000). Ethics and policy in Conservation, in *Conservation, Millennium II*, pp. 5-9.
- MIGUEL, J. I. A. (1998). La arquitectura como reecuentro: Viollet-le-Duc, in Represa, I, *Restauración Arquitectónica*, vol. II, Universidad de Valladolid, Valladolid, pp. 85-103.
- MIGUEL, J. I. A. (1991). De la "Composicion" a la "Arqueologia", in Muñoz, A. *Restauración Arquitectónica*, vol. I, Universidad de Valladolid, Valladolid, p. 12.
- MOATTI, C. (1993). *The Search for Ancient Rome*, New Horizons, Thames and Hudson, London.
- NORA, P. (1978). Mémoire collective, in J. Le Goff, R. Chartier e J. Revel (org.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, p. 398.
- PRICE, N. (1995). *Conservation on Archaeological Excavations*, ICCROM, Roma.
- QUINZANOS, P. (1999). La documentación como fuente de información para la restauración, in *Metodología de la restauración y de la rehabilitación*, vol. 2, DCTA-UPM, Madrid, pp. 15-27.
- SCHMIDT, H. (1997). Reconstruction of Ancient Buildings, in Torre, M., *The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region*, The Getty Conservation Institute, Los Angeles.
- TALLEY, M. K. (1996). The Eye's Caress: Looking, appreciation, and connoisseurship, in Price, N. et al, *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, The Getty Conservation Institute, Los Angeles, p. 9.

